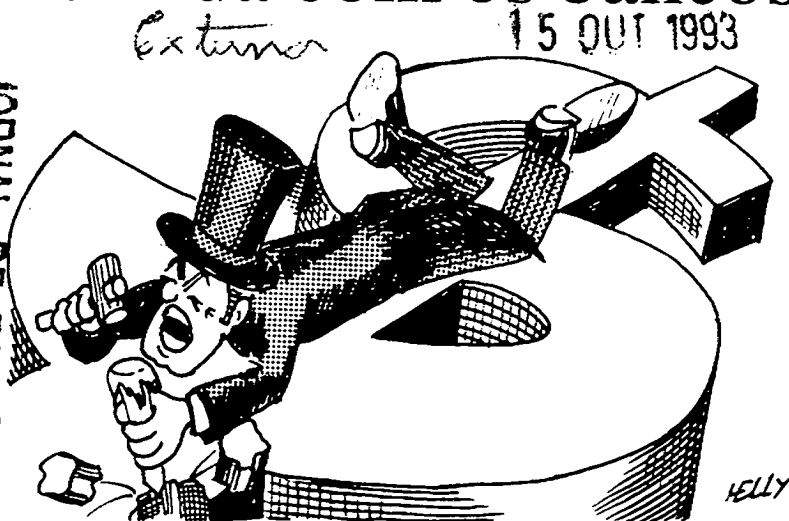


Governo submete ao Senado bases do acordo da dívida com os bancos

O Palácio do Planalto encaminha hoje ao Senado mensagem requerendo aprovação para o acordo da dívida externa de US\$ 35 bilhões com os bancos credores privados. Minuta da exposição de motivos com a distribuição dos bônus escolhidos pelos bancos foi enviada ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ao presidente Itamar Franco. Pelo quadro final, o Brasil vai abater cerca de US\$ 4,3 bilhões da dívida.

O Governo precisa submeter os termos do acordo à aprovação da Comissão de Assuntos Econômicos, segundo a Resolução nº 98 do Senado. Só depois disso o comitê de bancos credores pode encaminhar os contratos para assinatura pelos bancos. De acordo com a posição levada pelo Ministério da Fazenda, 95,9% dos bancos credores fizeram suas opções entre as sete alternativas de reestruturação dos débitos por 30 anos. Os bancos optaram pela troca da dívida antiga por títulos (bônus) e rejeitaram a opção de reestruturação - contrato de empréstimos com 20 anos de prazo e dez de carência - que nenhum credor escolheu.

JORNAL DE BRASIL



A ESCOLHA DOS CREDORES

- 35% da dívida em bônus de desconto ("discount bond"), que garantem a redução de pouco mais de um terço da dívida trocada, ou seja, cerca de US\$ 4,3 bilhões. Estes bônus têm juros flutuantes.
- 33,16% em bônus ao par ("par bond"). Títulos sem desconto, com garantias e juros prefixados.
- 20,56% em títulos de capitalização ("capitalization bond"). Um papel sem garantias, com carência de 10 anos e juros prefixados.
- 5,77% em dinheiro novo ("new money bond"). O credor empresta ao Brasil US\$ 1 para cada US\$ 5,5 de dívida antiga trocada por bônus e recebe juros de mercado. Este percentual representa cerca de US\$ 300 milhões.
- 5,51% em Flirb ("front loaded interest reduction bond"). Tem garantia sobre 12 meses de juros.